



HOSPITAL UNIVERSITÁRIO DE LAGARTO  
Avenida Brasília, S/N - Bairro Santa Terezinha  
Lagarto-SE, CEP 49400-000  
- http://hul.ebserh.gov.br

Termo de Referência - SEI  
Processo nº 23817.015164/2023-37

**1. OBJETO**  
1.1. Contratação de empresa para fornecimento continuado de insumos e reagentes para realização de testes imuno-hematológicos com cessão em regime de comodato de equipamentos (centrífuga, incubadora, dispensador, pipetador, estantes e outros), a fim de atender as necessidades da Agência Transfusional do Hospital Universitário de Lagarto - HUL-UFS/EBSERH, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento.

**2. JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO**  
**2.1. MOTIVAÇÃO DA CONTRATAÇÃO**  
2.1.1. O Hospital Universitário de Lagarto (HUL) possui considerada relevância na prestação de serviços assistenciais para o município e região centro sul do Estado de Sergipe, realizando mensalmente mais de 4000 atendimentos. Possui elevada taxa de ocupação dos pacientes internados e acompanhados pelas clínicas em geral. É um ambiente de ensino e pesquisa para os oito cursos do campus da saúde de Lagarto, além do cenário de prática e aperfeiçoamento para a residência médica e multiprofissional, incluindo o próprio corpo assistencial.  
2.1.2. A transfusão sanguínea é uma terapêutica de suporte essencial para o cuidado do paciente clínico e cirúrgico. O serviço de hemoterapia realiza atualmente uma média de 190 transfusões mensais para os atendimentos de urgência, emergência e procedimentos cirúrgicos eletivos.  
2.1.3. A Agência Transfusional, localizada no Hospital Universitário de Lagarto, é responsável por realizar exames laboratoriais em amostras de sangue de doadores e receptores (pacientes) visando à garantia da continuidade de um **SERVIÇO ESSENCIAL** que são as transfusões sanguíneas. A **técnica GEL** para testes imuno-hematológicos é utilizada para as tipagens sanguíneas, pesquisa de anticorpos irregulares (PAI), realização dos testes de compatibilidade (provas cruzadas), exames imperiosos para o apoio diagnóstico e segurança dos pacientes no atendimento transfusional.  
2.1.4. Os insumos utilizados pelo referido laboratório, assim como todos os produtos utilizados na área da saúde, têm peculiaridades bastante acentuadas. Produtos à base de eritrócitos (hemácias) utilizados para realização de PAI, Tipagens Sanguíneas e Controle de Qualidade Interno, necessitam ser entregues mensalmente de *forma contínua* por possuírem prazos de validade muito curtos, aproximadamente 28 dias (dependendo do fabricante).  
2.1.5. Os insumos utilizados no serviço de hemoterapia têm suas especificidades. A falta destes, acarretaria consequências graves, uma vez que poderia resultar em possíveis paralisações dos serviços prestados por esta Instituição. A privação desses insumos provocaria a cessação das rotinas transfusionais na Unidade Hospitalar, afetando diretamente a assistência ao paciente, podendo ocasionar o agravamento dos sintomas e, por vezes, ao óbito.  
2.1.6. A contratação de empresa especializada para o fornecimento continuado, sob demanda, dos insumos e reagentes para realização de testes imuno-hematológicos, com cessão em regime de comodato de equipamentos, incluindo manutenções preventivas e corretivas, calibração e assessoria técnica, traduz-se no conjunto mais eficaz para o atendimento pleno das necessidades do HUL.  
2.1.7. É notório que a “modernização de equipamentos” é uma ferramenta que valida a qualidade dos serviços prestados. Neste aspecto é fundamental que o parque tecnológico da Agência Transfusional do HUL seja mantido com status moderno para execução dos exames, garantindo excelência dos mesmos. E isto é, economicamente e tecnicamente otimizado com o regime de comodato dos equipamentos como acessório obrigatório do processo. Por se tratar de um serviço essencial, o HUL necessita da adoção de mecanismos legais para a garantia da continuidade do serviço público com qualidade e segurança do sangue e seus componentes, os quais serão utilizados para atender os usuários deste serviço.  
2.1.8. Para garantir a disponibilização de equipamentos e o fornecimento de insumos de forma fracionada e contínua, de acordo com as necessidades do laboratório de Imuno-hematologia, justifica-se a contratação nos moldes descritos.  
2.1.9. Em relação à compra do equipamento, além dos custos financeiros de aquisição, há a necessidade de manutenção preventiva e corretiva, em caso de defeito, gerando significativos custos adicionais, além da interrupção dos serviços prestados pelo período em que o equipamento esteja sendo consertado. Vale ressaltar que devido a necessidade de compatibilidade entre os insumos e o respectivo equipamento, implicará, caso opte-se pela aquisição definitiva do equipamento, na vinculação a determinado fornecedor/marca para aquisição de insumos, durante toda a vida útil do equipamento adquirido, resultando em restrição da concorrência e em eventual antieconomicidade, uma vez que outros fornecedores poderiam, futuramente, apresentar preços mais vantajosos, porém a entidade estaria forçada, por questões técnicas, a sempre adquirir os insumos do mesmo fornecedor/marca detentora do equipamento. Outro viés seria a administração ficar vinculada a adquirir o insumo, mesmo que a tecnologia empreendida se tornasse obsoleta, o que ocorre rapidamente na área de diagnóstico imuno-hematológico.  
2.1.10. A contratação de empresa especializada para o fornecimento continuado dos insumos e reagentes para realização de testes imuno-hematológicos, está pautada na importância da continuidade e do pleno exercício dos serviços oferecidos pelo Hospital Universitário de Lagarto - HUL/UFS-EBSERH, sendo necessário para prover uma ampla gama de recursos terapêuticos e propedêuticos para assistência plena.  
2.1.11. O fornecimento dos referidos reagentes e insumos é de suma importância para realização da assistência à saúde dos pacientes, possibilitando ofertar serviços com qualidade e excelência, com o atendimento nos mais variados níveis de especialidades, propiciando a melhoria contínua nas áreas de assistência, gestão, ensino, pesquisa e avaliação desenvolvidas em diversos setores/unidades e serviços do Hospital Universitário de Lagarto/SE.  
2.1.12. Os itens objeto desse certame fracassaram no Pregão Eletrônico SRP Nº 90.002/2024 e no Pregão SRP Nº 90.056/2024 (Processo SEI nº 23817.015164/2023-37), uma vez que o preço estimado não foi alcançado, conforme Relatório - SEI nº 4 (36257018) e Relatório- nº 25 ( 42961642) respectivamente.  
2.1.13. Os serviços a serem contratados tem caráter continuado sem fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, a ser contratado mediante licitação, na modalidade pregão, em sua forma eletrônica, e enquadraram-se nos pressupostos do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018.

**2.2. BENEFÍCIOS DIRETOS E INDIRETOS QUE RESULTARÃO DA CONTRATAÇÃO**  
2.2.1. Como benefícios resultantes desta contratação, espera-se:  
2.2.2. Atender as necessidades do serviço de hemoterapia quanto às rotinas transfusionais do HUL;  
2.2.3. Assegurar a liberação de resultados eficientes e seguros;  
2.2.4. Garantir a qualidade do atendimento aos usuários do Hospital Universitário de Lagarto - HUL-UFS/EBSERH, com a oferta de serviços de qualidade e excelência, atendendo nos mais variados níveis de especialidade e complexidade;  
2.2.5. Subsidiar o ensino e pesquisa, consolidando o cenário de práticas para os cursos de graduação na área da saúde;  
2.2.6. Melhorar contínua da assistência à saúde, atuando de forma integrada com a Universidade e contribuindo para o desenvolvimento de políticas públicas de saúde.

**2.3. CONEXÃO ENTRE A CONTRATAÇÃO E O PLANEJAMENTO EXISTENTE**  
2.3.1. Pilar: Sociedade (Assistência)  
2.3.2. Objetivo Estratégico: Melhorar o ensino, pesquisa, extensão e a assistência por meio da excelência do campo de prática e gestão hospitalar eficiente.  
2.3.3. Pilar: Sustentabilidade  
2.3.4. Objetivo Estratégico: Empregar os recursos de maneira eficiente, visando à perenidade e ao equilíbrio da Rede.

**2.4. JUSTIFICATIVA PARA O AGRUPAMENTO DE ITENS EM GRUPOS**  
2.4.1. Haja vista que a regra seja o parcelamento, a alínea “b”, inciso V, Art. 125 do RLCE 2.0 destaca a observância do parcelamento desde que tecnicamente viável e economicamente vantajoso. Observou-se, porém, durante a condução deste estudo, que o parcelamento não é economicamente vantajoso para esta contratação.  
2.4.2. Sendo assim, optou-se pelo agrupamento dos itens pela especificação técnica do objeto a ser licitado, uma vez que há necessidade de compatibilidade entre os insumos necessários à realização dos testes e os respectivos equipamentos. Destarte ressaltar que nenhum dos itens poderia ser utilizado independente ou isoladamente, visto que são complementares da mesma natureza e interdependentes, combinados em dimensões e natureza técnica específicas, onde a falta de um inviabiliza a utilização do outro. O agrupamento aumenta a viabilidade e qualidade na execução dos testes aumentando a eficiência na liberação dos resultados.  
2.4.3. Para além disso, o agrupamento dos itens torna os materiais mais atrativos aos fornecedores, possibilitando um maior ganho e, consequentemente, o aumento dos participantes gerando maior competitividade, além da maior economia em escala e maior agilidade na entrega dos materiais.  
2.4.4. O não agrupamento dos itens poderia gerar vencedores de marcas diferentes, o que ocasionaria a inutilidade de um ou outrem, sendo, portanto, economicamente inviável para a Administração.

**2.5. MEMÓRIA DE CÁLCULO DO QUANTITATIVO ESTIMADO**  
2.5.1. Os quantitativos foram estimados baseados no consumo médio dos últimos 12 meses (**Outubro 2022-Setembro 2023**) pelo serviço de hemoterapia, com acréscimo de 30% de estoque de segurança, considerando o aumento de exames funcionais (admissionais) e da demanda de usuários atendidos no HUL-UFS.

Tabela 1: Memória de cálculos dos estimativos  
GRUPO ÚNICO

ITEM	CÓDIGO EBSERH	CÓDIGO CATMAT	DESCRIPTIVO	APRESENTAÇÃO	CONS OUT/22	CONS NOV/22	CONS DEZ/22	CONS JAN/23	CONS FEV/23	CONS MAR/23	CONS ABR/23	CONS MAI/23	CONS JUN/23	CONS JUL/23	CONS AGO/23	CONS SET/23	CONS ANUAL	30%
1	EB508473	353693	REAGENTE PARA DIAGNÓSTICO CLÍNICO, TIPO CONJUNTO COMPLETO, TIPO DE ANÁLISE FENOTIPAGEM SANGÜÍNEA ABO/IRH COM PROVA REVERSA, MÉTODO GEL-TESTE; CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS CARTÃO COM MICROTUBOS, APRESENTAÇÃO TESTE, COMPOSIÇÃO BÁSICA ANTICORPOS MONOCLONAIS ANTI-A, ANTI-B, ANTI-D, OUTROS COMPONENTES A1, B E CONTROLE.	CARTÃO	101	104	83	90	83	100	111	137	100	195	120	120	1344	1747
			REAGENTE PARA DIAGNÓSTICO CLÍNICO, TIPO CONJUNTO COMPLETO, TIPO DE ANÁLISE LISS /COOMBS, MÉTODO	CARTÃO	155	133	121	147	123	79	79	54	75	76	55	55	1152	1498

	EBS07510	352044	GEL-TESTE, APRESENTAÇÃO TESTE, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS CARTÃO COM MICROTUBOS.															
	EBS02792	354481	REAGENTE PARA DIAGNÓSTICO CLÍNICO, TIPO CONJUNTO COMPLETO, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS PARA CARTÃO GEL, APRESENTAÇÃO TESTE, COMPOSIÇÃO BÁSICA HEMÁCIAS A1 E B PARA PROVA REVERSA	KIT	1,5	1,5	1,5	1,5	1,5	1,5	1,5	1,5	1,5	1,5	1,5	18	24	
4	EBS02864	354480	REAGENTE PARA DIAGNÓSTICO CLÍNICO, TIPO CONJUNTO COMPLETO, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS PARA CARTÃO GEL, APRESENTAÇÃO TESTE, COMPOSIÇÃO BÁSICA SUSPENSÃO DE HEMÁCIAS O (I E II)	KIT	1,5	1,5	1,5	1,5	1,5	1,5	1,5	1,5	1,5	1,5	1,5	18	24	
5	EBS07506	332982	REAGENTE PARA DIAGNÓSTICO CLÍNICO, TIPO SOLUÇÃO SALINA DE BAIXA FORÇA IÔNICA (LISS). FRASCO COM 500 ML	FRASCO	5 FRASCOS (500ML/FRASCO)						5 FRASCOS (500ML/FRASCO)						10	13
6	EBS08710	353803	REAGENTE PARA DIAGNÓSTICO CLÍNICO. TIPO CONJUNTO COMPLETO, TIPO DE ANÁLISE FENOTIPAGEM SANGÜÍNEA ABO/RH PARA CLASSIFICAÇÃO APRESENTAÇÃO TESTE, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS CARTÃO COM MICROTUBOS, COMPOSIÇÃO BÁSICA ANTICORPOS MONOCLONAIS ANTI-A, ANTI-B, ANTI-D	CARTÃO	155	133	121	147	123	79	79	54	75	76	55	55	1152	1498
7	EBS08444	338051	REAGENTE PARA DIAGNÓSTICO CLÍNICO, TIPO CONJUNTO COMPLETO, TIPO DE ANÁLISE FENOTIPAGEM SANGÜÍNEA RH, MÉTODO GEL-TESTE, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS CARTÃO COM MICROTUBOS, COMPOSIÇÃO BÁSICA ANTICORPOS MONOCLONAIS ANTI-D, ANTI-C, ANTI-CW, OUTROS COMPONENTES ANTI-C, ANTI-E, ANTI-E, ANTI-KELL E CONTROLE	CARTÃO	76	80	67	81	46	66	78	47	64	67	80	64	816	1061
8	EBS02760	335877	SORO CONTENDO ANTICORPOS ANTI D MONOCLONAIS DA CLASSE IGG, PARA DETERMINAÇÃO DA VARIANTE "D FRACO" DO SISTEMA RH EM ANTIIMUNOGLOBULIN A HUMANA NA METODOLOGIA GEL CENTRIFUGAÇÃO. FRASCO COM 5 ML.	FRASCO	01 FRASCO (05 ML /FRASCO)						01 FRASCO (05 ML /FRASCO)						2	3
9	EBS08901	362078	REAGENTE PARA DIAGNÓSTICO CLÍNICO, TIPO CONJUNTO COMPLETO, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS PARA CONTROLE DE QUALIDADE, COMPOSIÇÃO BÁSICA 5 FRASCOS HEMÁCIAS	KIT	1,5	1,5	1,5	1,5	1,5	1,5	1,5	1,5	1,5	1,5	1,5	18	24	

2.5.2. Por se tratar de um serviço essencial para o bom funcionamento do Hospital promovendo maior qualidade na assistência prestada ao paciente, a realização do serviço deverá ser contínua, através do fornecimento de equipamentos e insumos para realização dos exames pré-transfusionais, garantindo atendimento com qualidade, possibilitando dessa forma um diagnóstico mais preciso e eficaz.

2.5.3. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração Contratante, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize personalidade e subordinação direta.

3. **DA CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS E FORMA DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR**

- 3.1. O objeto da licitação tem a natureza de serviço comum, nos termos do art. 6º, inciso XIII, da Lei n.º 14.133/2021, por possuir padrões de desempenho e qualidade que podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado, cabendo licitação na modalidade Pregão, na forma eletrônica, observado o disposto no art. 4º, inciso IV, do RLCE 2.0.
- 3.2. Os serviços a serem contratados tem caráter continuado sem fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, a ser contratado mediante licitação, na modalidade pregão, em sua forma eletrônica, e enquadram-se nos pressupostos do Decreto n° 9.507, de 21 de setembro de 2018, não se constituindo em quaisquer das atividades, previstas no art. 3º do aludido decreto, cuja execução indireta é vedada.
- 3.3. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração CONTRATANTE, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.
4. DESCRIÇÃO DETALHADA DO OBJETO
- 4.1. DETALHAMENTO DO OBJETO
- 4.1.1. Em caso de divergência entre as descrições do CATMAT e as especificações constantes no presente Termo de Referência, deverão prevalecer estas últimas.
- 4.1.2. De acordo com o art. 34 da Lei 13.303 de 30 de junho de 2016 e art. 7 do RLCE 2.0, o valor estimado do procedimento licitatório será sigiloso.
- 4.1.3. Os quantitativos constantes na tabela abaixo são meramente estimativos, de forma que os pagamentos devidos à CONTRATADA só serão realizados dos quantitativos de insumos efetivamente fornecidos/consumidos no período, considerando que o quantitativo de insumos descritos na tabela abaixo depende da demanda de pacientes.
- 4.1.4. As quantidades e as especificações dos materiais a serem fornecidos, deverão estar de acordo com o Termo de Referência.
- 4.1.5. É dever da contratada, **fornecer todos os insumos necessários** em quantidades suficientes para realização dos testes de acordo com o quantitativo solicitado.
- 4.1.6. Todos os reagentes utilizados em um mesmo teste **deverão ser compatíveis** entre si e com os equipamentos e acessórios do respectivo grupo.

GRUPO ÚNICO

ITEM	CÓDIGO EBSERH	CÓDIGO CATMAT	DESCRIPTIVO	APRESENTAÇÃO	QUANTITATIVO ANUAL
1	EBS08473	353693	REAGENTE PARA DIAGNÓSTICO CLÍNICO, TIPO CONJUNTO COMPLETO, TIPO DE ANÁLISE FENOTIPAGEM SANGÜÍNEA ABO/RH COM PROVA REVERSA, MÉTODO GEL-TESTE, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS CARTÃO COM MICROTUBOS, APRESENTAÇÃO TESTE, COMPOSIÇÃO BÁSICA ANTICORPOS MONOCLONAIS ANTI-A, ANTI-B, ANTI-D, OUTROS COMPONENTES A1, B E CONTROLE.	CARTÃO	1747
2	EBS07510	352044	REAGENTE PARA DIAGNÓSTICO CLÍNICO, TIPO CONJUNTO COMPLETO, TIPO DE ANÁLISE LISS /COOMBS, MÉTODO GEL-TESTE, APRESENTAÇÃO TESTE, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS CARTÃO COM MICROTUBOS	CARTÃO	1498
3	EBS02792	354481	REAGENTE PARA DIAGNÓSTICO CLÍNICO, TIPO CONJUNTO COMPLETO, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS PARA CARTÃO GEL, APRESENTAÇÃO TESTE, COMPOSIÇÃO BÁSICA HEMÁCIAS A1 E B PARA PROVA REVERSA	KIT	24
4	EBS02864	354480	REAGENTE PARA DIAGNÓSTICO CLÍNICO, TIPO CONJUNTO COMPLETO, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS PARA CARTÃO GEL, APRESENTAÇÃO TESTE, COMPOSIÇÃO BÁSICA SUSPENSÃO DE HEMÁCIAS O (I E II)	KIT	24
5	EBS07506	332982	REAGENTE PARA DIAGNÓSTICO CLÍNICO, TIPO SOLUÇÃO SALINA DE BAIXA FORÇA IÔNICA (LISS). FRASCO COM 500 ML	FRASCO	13
6	EBS08710	353803	REAGENTE PARA DIAGNÓSTICO CLÍNICO. TIPO CONJUNTO COMPLETO, TIPO DE ANÁLISE FENOTIPAGEM SANGÜÍNEA ABO/RH PARA CLASSIFICAÇÃO APRESENTAÇÃO TESTE, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS CARTÃO COM MICROTUBOS, COMPOSIÇÃO BÁSICA ANTICORPOS MONOCLONAIS ANTI-A, ANTI-B, ANTI-D	CARTÃO	1498
7	EBS08444	338051	REAGENTE PARA DIAGNÓSTICO CLÍNICO, TIPO CONJUNTO COMPLETO, TIPO DE ANÁLISE FENOTIPAGEM SANGÜÍNEA RH, MÉTODO GEL-TESTE, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS CARTÃO COM MICROTUBOS, COMPOSIÇÃO BÁSICA ANTICORPOS MONOCLONAIS ANTI-D, ANTI-C,ANTI-CW, OUTROS COMPONENTES ANTI-C, ANTI-E, ANTI-E, ANTI-KELL E CONTROLE	CARTÃO	1061
8	EBS02760	335877	SORO CONTENDO ANTICORPOS ANTI D MONOCLONAIS DA CLASSE IGG, PARA DETERMINAÇÃO DA VARIANTE "D FRACO" DO SISTEMA RH EM ANTIIMUNOGLOBULINA HUMANA NA METODOLOGIA GEL CENTRIFUGAÇÃO. FRASCO COM 5 ML.	FRASCO	3
9	EBS08901	362078	REAGENTE PARA DIAGNÓSTICO CLÍNICO, TIPO CONJUNTO COMPLETO, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS PARA CONTROLE DE QUALIDADE, COMPOSIÇÃO BÁSICA 5 FRASCOS HEMÁCIAS	KIT	24

- 4.1.7. Os produtos deverão ser entregues acondicionados em embalagens lacradas individualmente, identificados, e em perfeitas condições de armazenagem. Todos os insumos deverão apresentar, no ato da entrega, condições ideais de temperatura e transporte de maneira a não se alterar a qualidade dos produtos. A temperatura de transporte deverá respeitar a de armazenamento constante no rótulo do reagente.
- 4.1.8. Para o item 4 ( HEMÁCIAS I E II) é necessário e indispensável que esses reagentes de hemácias contenham o antígeno Diego A+ (Dia), **em pelo menos uma das hemácias-teste do kit**, prontas para uso, possibilitando a detecção desses anticorpos na rotina imuno-hematológico pré-transfusional (gestantes, pacientes politransfundidos, entre outros), gerando uma maior segurança transfusional.
- 4.1.9. Os equipamentos cedidos em regime de comodato, deverão ser mantidos na instituição, bem como os acessórios e o fornecimento de ponteiras para realização dos testes, sem custos adicionais ao CONTRATANTE até que sejam utilizados todos os insumos oriundos do contrato.
- 4.1.10. A contratada deverá dar plena garantia e qualidade de todos os insumos por ele entregues.
- 4.1.11. A entrega dos insumos deverá ser efetuada em até 20 (vinte) dias corridos, contados a partir do recebimento da solicitação dos materiais, pelo CONTRATADO.
- 4.1.12. A contratada deverá ceder em regime de comodato os equipamentos (centrífuga, incubadora, dispensador, pipetador, estantes) indispensáveis para a realização dos testes imuno-hematológicos.
- 4.2. DISPOSIÇÕES GERAIS
- 4.2.1. Os equipamentos deverão ser novos e/ou em perfeitas condições de uso sem avarias, contemplando todas as especificações técnicas exigidas e estar em perfeitas condições de uso e compatibilidade com os reagentes e insumos. A responsabilidade pela compatibilização ficará a cargo do fornecedor.
- 4.2.2. Os equipamentos serão instalados e disponibilizados para uso na Agência Transfusional, os quais deverão estar comprovadamente calibrados e testados no ato da entrega.
- 4.3. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DOS EQUIPAMENTOS
- 4.3.1. Os equipamentos deverão ser entregues juntamente com manual de usuário, com versão em português, devendo ainda o fornecedor encaminhar uma versão digital do manual quando do envio da proposta.

Tabela 2: Especificações técnicas dos equipamentos em comodato

ITEM	EQUIPAMENTO	ESPECIFICAÇÃO DO EQUIPAMENTO	QUANTITATIVO
1	Centrífuga para 12 cartões	Centrífuga com coroa para cartões gel teste, com funções monitoradas por microprocessador e exibidas em display de cristal líquido. O idioma das mensagens pode ser configurado para português e inglês. Com alarme sonoro que indica término da operação e alerta de falhas operacionais. Tensão nominal 110 V	01
2	Incubadora	Para incubar cartões a 37ºC ± 2ºC. Funções monitoradas por microprocessador e exibidas em display de cristal líquido. O idioma das mensagens pode ser configurado para português e inglês. Tempo de incubação programável de 1 a 60 minutos. Com alarme sonoro que indica término da operação e alerta de falhas operacionais. Tensão nominal 110 V	01

3	Pipetador automático	Para pipetagens em série dos volumes de 12,5µl, 25µl e 50µl. Volumes aspirados: 24 x 12,5 µl ou 12x25 µl ou 6x50µl. Precisão: 12,5µl ± 2,0% / 25µl ± 1,5% / 50µl ± 1,5%. Para destros e canhotos. Possui dispensador de ponteiras. As Pipetas devem vir acompanhadas de <b>18 pacotes de ponteiras</b> (pacote com 1000 unidades). Ponteiras plásticas em anéis de vedação e capacidade volumétrica aproximadamente 300 microlitros, destinadas ao uso no pipetador específico ao desenvolvimento da técnica de gel centrifugação.	02
4	Dispensador de diluente	Para dispensar em série 0,5mL ou 1mL de ID-diluente 1 e ID-Diluente 2. Volume ajustável. Para frascos de 100mL e 500mL.	02
5	Estante de trabalho completa para cartões e tubos	Estação de trabalho para Gel-Cartões e Tubos. Capacidade mínima de 16 cartões e 20 tubos. Deve ser compatível com os gel-cartões dos itens 01, 02, 06 e 07.	02

- 4.3.2. A contratada será responsável por todos os custos de instalação, tais como: fretes, mão-de-obra, impostos, taxas, encargos, ou quaisquer outros que venham a incidir sobre o objeto do Contrato, incluindo todos os cabos, conexões, acessórios e outros indispensáveis ao funcionamento dos equipamentos.
- 4.3.3. A contratada deverá fornecer os equipamentos mencionados acima em até **10 dias úteis após a primeira solicitação dos insumos**.
- 4.3.4. A contratada deverá fornecer, mensalmente e sem custos para a CONTRATANTE, um pacote contendo 1000 ponteiras, compatíveis com o pipetador.
- 4.3.5. Os equipamentos deverão ser entregues juntamente com manual de usuário, com versão em português, devendo ainda o fornecedor encaminhar uma versão digital do manual quando do envio da proposta.
- 4.3.6. A contratada deverá realizar manutenção preventiva, corretiva e calibração dos equipamentos sem ônus para a contratante, durante toda a vigência contratual. A contratada deverá ainda apresentar, na entrega dos equipamentos, cronograma de manutenção preventiva e calibração, o qual deverá ser acompanhado pelo fiscal do contrato.
- 4.3.7. As calibrações e manutenções preventivas deverão ocorrer, ao menos, semestralmente para o primeiro e conforme orientações do fornecedor para o segundo.
- 4.4. **MANUTENÇÃO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA DOS EQUIPAMENTOS**
- 4.4.1. A contratada deverá fornecer manutenção corretiva, preventiva e calibração local e total, autorizada, incluindo a troca ou reposição de qualquer peça necessária, sem ônus para a contratante, para os equipamentos em regime de comodato, durante toda a vigência do contrato e enquanto houver estoque de reagentes, enviando técnico para efetuar os reparos necessários sempre que solicitado pela contratante através de chamados do serviço de hemoterapia do hospital.
- 4.4.2. Para os serviços de manutenção corretiva, preventiva e calibração previstas no Termo de Referência, os técnicos da empresa contratada deverão necessariamente se apresentar ao colaborador especialmente designado pela contratante do HUL.
- 4.4.3. A manutenção corretiva e preventiva dos equipamentos inclui a substituição de peças defeituosas, gastas ou quebradas pelo uso normal dos equipamentos.
- 4.4.4. A contratada deverá concluir definitivamente os serviços de **manutenção corretiva em no máximo 72 horas**, contados da solicitação de reparo pelo HUL até a sua resolução.
- 4.4.5. Considera-se resolvida a solicitação do reparo, a disponibilização do equipamento em plena condição de uso, seja por meio de reparo ou substituição do equipamento, temporária ou definitivamente, com metodologia similar à implantada, sem nenhum custo para a contratante.
- 4.4.6. Os chamados serão efetuados pela contratante através de mensagem eletrônica (e-mail) ou diretamente pelo telefone, para registro da data e hora, e, para tanto, a empresa contratada deverá manter um serviço ativo de verificação de e-mail e de atendimento telefônico, durante o horário comercial, para recebimento dos chamados e emissão de número de protocolo de chamado com a data e horário. Indicar número do telefone para contato permanente e se possível pelo Serviço 0800;
- 4.4.7. Quando o chamado for realizado por mensagem eletrônica (e-mail), a contratada deverá confirmar o seu recebimento em até 02 horas, em horário comercial.
- 4.4.8. A não verificação e confirmação de recebimento de chamado por parte da empresa contratada assim como os atrasos no atendimento aos chamados de manutenção corretiva, na substituição dos equipamentos inviáveis e no fornecimento dos materiais de consumo necessários ao perfeito funcionamento dos equipamentos, nos termos e prazos estabelecidos nos itens anteriores, serão considerados como falta grave e, por este motivo, a contratada poderá ser penalizada, conforme sanções descritas no Termo de Referência.
- 4.4.9. A manutenção corretiva será realizada sempre que necessário.
- 4.4.10. Substituir, reparar ou repor o objeto ou parte dele, quando: for considerado defeituoso ou rejeitado, ou ainda, for danificado pela contratada ou preposto designado por ela.
- 4.4.11. A empresa vencedora deverá elaborar, no ato da instalação dos equipamentos, o cronograma de manutenção preventiva e calibração, acordado com a contratante, de tal forma que não haja prejuízo para a rotina dos serviços.
- 4.4.12. O cronograma deverá contemplar também a manutenção preventiva, conforme orientações do fornecedor, e calibrações semestrais para as pipetas cedidas em comodato.
- 4.4.13. A contratante poderá solicitar calibrações eventuais, além daquelas necessárias, sempre que necessário sem custos adicionais para a contratante.
- 4.4.14. As manutenções e calibrações deverão ser realizadas em dias úteis no horário das 08h00min às 16h00min, devendo ainda ser previamente agendada com a contratante.
- 4.4.15. A execução da manutenção preventiva / corretiva consistirá na realização, dentre outras, as seguintes tarefas:
- 4.4.15.1. Regulagens;
- 4.4.15.2. Ajustes mecânicos e eletrônicos;
- 4.4.15.3. Lubrificações;
- 4.4.15.4. Limpeza interna;
- 4.4.15.5. Teste geral de operação;
- 4.4.15.6. Substituição de peças defeituosas, gastas ou quebradas pelo uso normal dos equipamentos.
- 4.4.16. Fornecer certificado de calibração (conforme requisitos da NBR 17025) dos equipamentos constantes no cronograma de manutenção preventiva e calibração. Estes procedimentos deverão ser realizados quando da instalação dos equipamentos, bem como quando forem realizadas as calibrações programadas e as intervenções preventivas ou corretivas que demandem a realização de nova calibração.
- 4.4.17. O certificado deve indicar: data de realização, o número de série do equipamento, padrão utilizado, status do equipamento, temperatura (°C) do laboratório quando necessário, medições realizadas, erros e correções indicados, identificação do responsável técnico pela calibração, número do certificado, método utilizado, parâmetros utilizados, informações de rastreabilidade, cópias dos certificados dos padrões com rastreabilidade, faixa de incerteza máxima para a faixa calibrada e data da próxima calibração.
- 4.4.18. Após finalização do procedimento de calibração, os equipamentos devem ser identificados com etiqueta, sempre em locais visíveis, indicando a data da realização, a data da próxima, o responsável pelo procedimento e o número do laudo de calibração. Os padrões utilizados para realizar a calibração deverão ser rastreáveis à Rede Brasileira de Calibração – RBC.
- 4.4.19. Para cada execução de serviço de manutenção, seja preventiva ou corretiva, a empresa contratada deverá apresentar um relatório de atendimento, em duas vias, discriminando minimamente os seguintes dados (sem rasuras e legíveis):
- 4.4.20. Número do relatório ou da Ordem de Serviço;
- 4.4.21. Identificação do equipamento – número de patrimônio e número de série;
- 4.4.22. Técnico responsável;
- 4.4.23. Verificação dos requisitos conforme Manual do Fabricante, quando for manutenção preventiva;
- 4.4.24. Descrição dos procedimentos adotados para a realização dos reparos, incluindo a relação das peças dos equipamentos substituídos, quando for manutenção corretiva;
- 4.4.25. Liberação do equipamento para uso;
- 4.4.26. Responsável pela manutenção e data de realização.
- 4.4.27. O relatório de atendimento deverá ser entregue ao coordenador do serviço de hemoterapia, ou técnico plantonista do HUL, e será condição “sine qua non” para atesto dos serviços realizados;
- 4.4.28. Após finalização do procedimento de manutenção preventiva e corretiva, os equipamentos deverão ser identificados com etiqueta, sempre em locais visíveis, indicando a data da realização, a data da próxima manutenção e o responsável pelo procedimento;
- 4.4.29. No caso de equipamento que apresente quebras seguidas, 03 (três) ou mais vezes no período de trinta dias, a contratante poderá solicitar a substituição definitiva do equipamento. Persistindo a situação, a contratante se reserva o direito de reavaliar e até mesmo de proceder à rescisão contratual, assegurados à contratada ampla defesa e contraditório.
- 4.5. **CONDIÇÕES PARA MANUSEIO DOS PRODUTOS E OPERACIONALIZAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS**
- 4.5.1. A empresa deverá realizar treinamento, sem qualquer ônus para a contratante, de todos os profissionais envolvidos no manuseio dos produtos licitados e que operem os equipamentos, quando da instalação e em caso de atualização tecnológica, bem como promover aperfeiçoamento anual e garantir assessoria técnica contínua;
- 4.5.2. Deverá ser realizado treinamento em dois módulos: um teórico e outro prático;
- 4.5.3. O módulo teórico deverá abordar conceitos, definições, análise de casos e resolução de problemas em imuno-hematologia (técnica em gel);
- 4.5.4. O módulo prático deverá ser realizado *in loco*, no serviço de hemoterapia do HUL de segunda a sexta-feira e deverá abordar a forma de uso, limpeza e cuidados gerais com os insumos e equipamentos;
- 4.5.5. Todo o treinamento deverá ser registrado em formulário próprio do HUL, assinado pelo instrutor da empresa contratada;
- 4.5.6. A programação dos treinamentos deverá ser realizada em conjunto com a chefia do serviço de hemoterapia devendo ser aprovada pela Instituição;
- 4.5.7. A empresa contratada também será responsável por retreinamentos e reciclagens, devendo fornecer insumos para demonstração, sem ônus à contratante;
- 4.5.8. O treinamento deverá acontecer da seguinte forma:
- 4.5.8.1. 02 para o diurno e
- 4.5.8.2. 02 para o noturno.
- 4.5.9. O treinamento deverá realizado pela contratada em até 7 (sete) dias corridos após solicitação da contratante;
- 4.5.10. Após a conclusão do período de treinamento, a Administração, através do fiscal do Contrato deverá emitir notificação à Contratada, com cópia para a Direção do HUL, para efeito de registro do início da efetiva operacionalização dos equipamentos;
- 4.5.11. Será obrigatória a realização de, no mínimo, 01 (um) treinamento anual, para atualização de todos os servidores que executam a técnica em gel;
- 4.5.12. A programação do treinamento deve ser estabelecida em conjunto com a contratante, bem como data e horários;
- 4.5.13. O Material didático, quando aplicável, deve ser providenciado pela empresa contratada;
- 4.5.14. O HUL fica responsável por disponibilizar local e recursos audiovisuais, caso seja necessário;
- 4.5.15. A contratada responderá pelos vícios e defeitos dos equipamentos e assumir os gastos e despesas que se fizerem necessários para adimplemento das obrigações decorrentes da aquisição e providenciar a imediata correção das deficiências, falhas ou irregularidades apontadas pela contratante na execução do contrato.
- 4.6. **DO RECEBIMENTO DOS EQUIPAMENTOS**
- 4.6.1. O recebimento dos equipamentos será efetuado em duas etapas:
- 4.6.2. Recebimento Provisório: no local de entrega, os equipamentos serão recebidos por funcionário(s) do serviço de hemoterapia, limitando-se a verificar a quantidade de equipamentos e eventuais avarias apresentados, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.
- 4.6.3. Recebimento Definitivo: Será recebido definitivamente pela equipe de fiscalização designada pela Contratante, após conclusão da fase de instalação e treinamento dos técnicos do setor, e após a verificação do atendimento de todas as exigências constantes no Termo de Referência, Edital de Licitação e das especificações da Proposta vencedora.
- 4.6.4. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.
- 4.6.5. Em caso de conformidade no recebimento dos equipamentos, a Comissão/Servidor designado emitirá Termo de Recebimento Definitivo em duas vias, uma para Contratante e outra para Contratada.
- 4.6.6. Em caso de desconformidade, a Comissão/Servidor designado comunicará por escrito à Contratada, que deverá recolhê-lo e efetivar as correções/substituições no prazo máximo de 02 dias úteis, contados da comunicação.

4.6.7. Durante o recebimento provisório, o órgão poderá exigir a substituição de qualquer do(s) materiais(s) que não esteja(m) de acordo com as especificações do **Termo de Referência**.

4.6.8. O não atendimento ao disposto nos itens acima, sujeitará a contratada as sanções previstas no Termo de Referência, observada a ampla defesa e o contraditório.

5. RECEBIMENTO DO OBJETO

5.1. CONDIÇÕES GERAIS DE FORNECIMENTO DO OBJETO

5.1.1. É de responsabilidade do fornecedor as condições de conservação dos produtos entregues, resistência das embalagens, data de validade, temperaturas exigidas, presença de sujidade, material estranho e insetos.

5.1.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos em prazo especificado neste Termo de Referência, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

5.1.3. Não serão recebidos materiais que apresentarem, nas embalagens, sinais de violação e/ou variação na estrutura, aderência ao produto, umidade, inadequação em relação ao conteúdo e que não estiverem identificadas de acordo com a legislação vigente.

5.1.4. Somente serão aceitos os materiais que, por ocasião de sua efetiva entrega, possuam, no mínimo, 75% (Setenta e cinco por cento) de seu prazo de validade total a vencer, contado da data de sua fabricação.

5.1.5. A critério da administração, e após consulta e parecer favorável da área técnica responsável pela unidade, poderão ser aceitos produtos com menos de 75% (setenta e cinco por cento) de seu prazo de validade total a vencer, desde que tais produtos sejam para utilização imediata e não tenham qualquer risco de vencimento antes de sua atualização. Em caso de aceitação, fica obrigada a contratada a substituir e efetuar o recolhimento dos produtos cujos prazos expiraram antes de sua utilização no prazo estabelecido no termo de referência.

5.1.6. Para esclarecimentos de dúvidas em relação à qualidade do produto, poderá ser exigido do fornecedor a apresentação de um certificado de análise emitido por laboratório oficial, indicado pelo HUL/UFES/EBSERH, correndo todas as despesas por conta da CONTRATADA.

5.1.7. Todo material deverá, OBRIGATORIAMENTE, trazer impresso o n.º do lote, data de fabricação e validade.

5.1.8. O HUL se reserva o direito de não receber materiais que sejam entregues nas seguintes condições:

5.1.9. Embalagens de papelão ou similar que contenham diversos materiais, não propiciando uma boa condição de identificação e conferência no ato do recebimento;

5.1.10. Fora das embalagens originais, desde que apresentem sinais de violação ou estejam em tal estado que suscitem sinais de violação ou dúvidas quanto a procedência dos mesmos;

5.1.11. A empresa vencedora quando da entrega dos materiais deve, obrigatoriamente, informar na nota fiscal, o número da nota de empenho, o número do pregão e ainda a quantidade de insumos que estão sendo entregues;

5.1.12. A nota fiscal de venda deverá conter somente os valores dos testes licitados, sendo que os demais acessórios e consumíveis necessários para o funcionamento dos equipamentos deverão ser enviados por nota de simples remessa;

5.1.13. A empresa vencedora deverá fornecer os consumíveis complementares em quantidade suficiente para realização dos testes solicitados;

5.1.14. O fornecimento deverá ser realizado no local estabelecido neste Termo de Referência, conforme nota de empenho enviada pela Unidade de Hematologia e Oncologia;

5.1.15. Não será permitida a entrega de quantidades inferiores a solicitada pelo HUL;

5.1.16. Em caso de constatação, a qualquer tempo, em decorrência de desvios na qualidade, defeitos de fabricação, avarias, embalagem, armazenamento ou alterações da estabilidade e outros eventos, para os quais a contratante não concorreu, dentro do prazo de validade, que comprometam a integridade do produto, bem como má fé do fornecedor, condições inadequadas de transporte ou em desacordo com as especificações exigidas, a CONTRATADA fica obrigada a substituir, *à sua expensa*, o produto defeituoso, no prazo máximo de **dez (10) dias corridos**, contados a partir da constatação do vício do produto com a consequente notificação junto ao fornecedor.

5.1.17. Caso a contratada se recuse a proceder a substituição do material nos termos deste edital, o HUL se resguarda o direito de aplicar as sanções previstas no presente Termo de Referência.

5.1.18. Fornecer junto com a proposta da licitação todos os catálogos e materiais ilustrativos, referentes ao modelo ofertado, comprobatórios dos itens da descrição técnica original ou em cópia colorida.

5.2. DA ENTREGA E DO RECEBIMENTO DOS PRODUTOS

5.2.1. Os produtos deverão ser entregues no(s) local(is) abaixo indicado(s), com despesas de transporte, frete, dentre outras, assumidas pela empresa vencedora:

UASG	INSTITUIÇÃO	ENDEREÇO	CONTATO
155910	HOSPITAL UNIV. MONS. JOÃO B. DE CARVALHO DALTRO - (HUL)	Avenida Brasília, S/N, Bairro Novo Horizonte, Lagarto/SE CEP: 49400-000	(79)3632-2021

5.2.2. A entrega do(s) produto(s) deverá ser efetuada nos horários de **Segunda a Sexta, das 08h às 12h e das 14h às 16h**, em dias úteis, de acordo com a necessidade e mediante solicitação, devendo a CONTRATADA, com antecedência **mínima de 24 (vinte e quatro) horas**, marcar **data e horário para a entrega** pelo telefone.

5.2.3. A entrega dos materiais deverá ser efetuada de acordo com o respectivo Contrato, sempre acompanhada do respectivo documento fiscal.

5.2.4. A entrega dos materiais deverá ser efetuada em até **15 (quinze) dias corridos**, contados a partir do recebimento da solicitação dos materiais, pelo CONTRATADO.

5.2.5. Não serão pagos os materiais entregues em locais diferentes do mencionado acima, ou a pessoas não autorizadas.

5.2.6. Os materiais deverão ser fornecidos em estrita conformidade com as especificações exigidas no termo de referência e com as quantidades solicitadas; os quais serão recebidos e conferidos por servidor responsável;

5.2.7. O recebimento será feito em duas etapas:

5.2.8. **Recebimento provisório:**

5.2.9. No local de entrega, o servidor designado fará o recebimento dos materiais, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e o servidor designado limitar-se-á a verificar a conformidade dos materiais com o discriminado na Nota Fiscal, fazendo constar no canhoto e na Nota Fiscal, a data de entrega e, se for o caso, as irregularidades observadas.

5.2.10. **Recebimento definitivo:**

5.2.11. Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de até **05 (cinco) dias úteis**, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

5.2.12. Na hipótese de a verificação a que se refere o item anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

5.2.13. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

5.2.14. Em caso de conformidade citada nos itens acima, o servidor designado atestará a efetivação da entrega dos materiais na Nota Fiscal e a encaminhará ao setor competente da instituição para fins de pagamento.

5.2.15. Em caso de desconformidade, o servidor designado devolverá Nota Fiscal/Material, para as devidas correções.

5.2.16. Durante o recebimento provisório, o órgão poderá exigir a substituição de qualquer do(s) materiais(s) que não esteja(m) de acordo com as especificações do **Termo de Referência**.

6. **CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO PRODUTO**

6.1. **QUALIFICAÇÃO TÉCNICA**

6.1.1. O licitante deverá apresentar comprovação de aptidão para a prestação dos serviços com características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação, mediante a apresentação de atestado(s) fornecido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

6.1.2. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a serviços executados com as seguintes características mínimas:

6.1.3. Deverá haver a comprovação da experiência de no mínima de **03 (três) anos** na prestação dos serviços, sendo aceito o somatório de atestados de períodos diferentes, não havendo obrigatoriedade de os 03 (três) anos serem ininterruptos, conforme item 10.6.1 do Anexo VII-A da IN SEGES/MPDG n. 5/2017.

6.1.3.1. A recomendação baseia-se no entendimento de que a exigência de comprovação de experiência mínima pelo prazo de três anos, na área dos serviços a serem contratados, como critério de qualificação técnico-operacional, justifica-se por assegurar a solidez do futuro contratado e, com isso, a boa execução do objeto ([Acórdão 2939/2010-TCU-Plenário](#)).

6.1.3.2. Por se tratar de serviço de natureza contínua, que podem se estender por longo período, a exigência temporal de experiência mínima no mercado do objeto também é, em princípio, compatível com o dispositivo legal há pouco mencionado, já que o tempo de atuação é critério relevante para avaliar a solidez do futuro fornecedor e, com isso, assegurar boa execução do objeto ([Acórdão 2939/2010-TCU-Plenário](#)).

6.1.3.3. O prazo estipulado de três anos de atuação no mercado é compatível, dada a natureza contínua dos serviços em questão, com o prazo máximo de 60 meses conforme os art. 147 e art. 149 do RLCE 2.0.

6.1.4. Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente;

6.1.5. Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido, pelo menos, um ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior, conforme item 10.8 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5, de 2017.

6.1.6. O licitante deverá apresentar comprovação de prestação de serviços compatíveis com o objeto que se pretende contratar, com um quantitativo igual ou superior ao objeto licitado (Acórdão n.º 2032/2020 Plenário - Representação - Relator Ministro Substituto Marcos Bemquerer).

6.1.7. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados apresentados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da CONTRATANTE e local em que foram prestados os serviços, consoante o disposto no Item 10.10 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5/2017.

6.1.8. O Licitante deverá apresentar, no que couber, os seguintes documentos:

6.1.8.1. Alvará Sanitário ou Licença Sanitária Estadual, Municipal ou do Distrito Federal vigente, emitida pela Vigilância Sanitária da Secretaria de Saúde Estadual, Municipal ou do Distrito Federal, da sede da empresa interessada;

6.1.8.2. Cumprir destacar que o protocolo de renovação não prorroga a vigência da Licença Sanitária Vencida, ao não ser que, tenha legislação que contenha essa previsão, o protocolo apenas demonstra que a empresa requereu um novo documento. Para fins de licitação, vale somente o Alvará, que é o documento comprobatório da regularidade da empresa.

6.1.8.3. Comprovação de Autorização de Funcionamento, conforme Artigos 2º e 50 da Lei nº 6.360, concedido pelo Ministério da Saúde;

6.1.8.4. Apresentar comprovante do registro do material na Anvisa.

6.1.9. Quando o material ofertado for de procedência estrangeira este deverá conter o prazo de validade, cópia do registro no Ministério da Saúde, bem como sua embalagem e rótulo serem traduzidos em português.

6.1.10. O HUL se reserva o direito de solicitar amostras dos produtos ofertados para avaliação técnica nos casos em que houver dúvidas quanto à compatibilidade do objeto ofertado com as especificações demandadas neste termo de referência, sobretudo quanto a padrões de qualidade e desempenho. As amostras deverão ser apresentadas juntamente com os catálogos e/ou prospectos que contenham a descrição em português detalhada do produto ofertado, no prazo e forma estabelecidos no Edital.

7. **MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO E CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO**

7.1. O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação do objeto e da alocação dos recursos necessários, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, devendo ser exercidos por um ou mais representantes da Contratante, especialmente designados, na forma do art. 164 do RLCE 2.0. A fiscalização será de competência e responsabilidade exclusiva da CONTRATANTE, a quem caberá verificar se as obrigações assumidas estão sendo plenamente cumpridas, dentro das especificações e demais registros, bem como autorizar o pagamento das faturas, assim como participar de todos os atos que se fizerem necessários para sua fiel execução.

7.2. O representante da Contratante deverá ter a experiência necessária para o acompanhamento e controle da execução do objeto do contrato.

7.3. A verificação da adequação da execução do objeto deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência.

7.4. O representante da Contratante deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais.

7.5. O descumprimento total ou parcial das obrigações e responsabilidades assumidas pela contratada ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Termo de Referência e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme o RLCE 2.0.

7.6. As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual devem ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática, podendo ser exercidas por colaboradores, equipe de fiscalização ou único colaborador, desde que, no exercício dessas atribuições, fique assegurada a distinção dessas atividades e, em razão do volume de trabalho, não comprometa o desempenho de todas as ações relacionadas à Gestão do Contrato.

- 7.7. Durante a execução do objeto, o fiscal técnico deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos materiais para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à CONTRATADA a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.
- 7.8. O fiscal técnico deverá apresentar ao preposto da CONTRATADA a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade dos produtos objeto deste termo.
- 7.9. Em hipótese alguma, será admitido que a própria CONTRATADA materialize a avaliação dos materiais objeto do contrato.
- 7.10. A CONTRATADA poderá apresentar justificativa para a execução do objeto com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal técnico, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.
- 7.11. Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade na execução do objeto em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções à CONTRATADA de acordo com as regras previstas no ato convocatório.
- 7.12. O fiscal técnico poderá realizar avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para aferir o desempenho e qualidade da execução do objeto.
- 7.13. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos.
- 7.14. O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.
- 7.15. Os mecanismos de comunicação entre o HUL e a empresa contratada serão: mensagens eletrônicas (e-mail) e/ou telefone.
- 7.16. As ocorrências acerca da execução contratual serão registradas durante toda a vigência da prestação dos serviços, cabendo ao gestor e os fiscais, observadas suas atribuições, a adoção das providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto no artigo 45 da Instrução Normativa nº 05/2017.
- 7.17. O registro das ocorrências, as comunicações entre as partes e demais documentos relacionados à execução do objeto serão organizados em processo de fiscalização.
- 7.18. As situações que exigirem decisões e providências que ultrapassem a competência do fiscal serão registradas e encaminhadas ao gestor do contrato que as enviará ao superior em tempo hábil para a adoção de medidas saneadoras.
- 7.19. Os critérios de avaliação estão dispostos no Anexo A - Instrumento de Medição de Resultado (IMR) - deste Termo de Referência e, além do disposto no referido anexo, observará: os resultados alcançados em relação ao contratado, com verificação dos prazos de execução; a qualidade demandada; adequação dos serviços prestados à rotina de execução estabelecida no termo de referência; e o cumprimento das demais obrigações decorrentes da contratação.
- 8. CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE**
- 8.1. Cabe a CONTRATADA observar e adotar as previsões da Instrução Normativa SLTI/MP nº 01, de 19 de janeiro de 2010 - SLTI/MPOG, quando couber, para fins da prestação de serviços objeto deste termo de referência.
- 8.2. A abertura de chamados técnicos e encaminhamentos de demandas deverão ser realizados, preferencialmente, sob a forma eletrônica, evitando-se a impressão de papel.
- 8.3. A CONTRATADA deverá respeitar as Normas Brasileiras - NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos.
- 8.4. Atender às diretrizes de sustentabilidade, conforme art. 4º do Decreto nº 7.746/2012, entre outras:
- 8.5. Menor impacto sobre recursos naturais como flora, fauna, ar, solo e água;
- 8.6. Preferência para materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local;
- 8.7. Maior eficiência na utilização de recursos naturais como água e energia;
- 8.8. Maior geração de empregos, preferencialmente com mão de obra local;
- 8.9. Maior vida útil e menor custo de manutenção do bem e da obra;
- 8.10. Uso de inovações que reduzam a pressão sobre recursos naturais; e
- 8.11. Origem ambientalmente regular dos recursos naturais utilizados nos bens, serviços.
- 9. DA FORMALIZAÇÃO E VIGÊNCIA CONTRATUAL**
- 9.1. Os serviços objeto do presente Termo de Referência serão formalizados mediante Contrato.
- 9.2. Após a homologação da licitação, o adjudicatário terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato.
- 9.3. O contrato a ser firmado terá vigência de 12 (doze) meses a contar da assinatura do Contrato, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos subsequentes mediante termos aditivos, até o limite de 05 (cinco) anos, após a verificação da real necessidade e com vantagens à Administração, conforme os art. 147 e art. 149 do RLCE 2.0.
- 9.4. A prorrogação dependerá da verificação da real necessidade do serviço e da realização de pesquisa de mercado que demonstre a vantajosidade, para a Administração, das condições e dos preços contratados.
- 9.5. No caso de haver interesse na prorrogação do contrato, as partes deverão se manifestar no prazo de até 60 (sessenta) dias antes do término da vigência do contrato.
- 9.6. A prestação dos serviços será iniciada em até 30 (trinta) dias consecutivos da assinatura do Termo de Contrato.
- 9.7. A prorrogação do contrato obedecerá ainda ao disposto no item 3 do Anexo IX da IN Nº 05/2017 MPOG, no que couber.
- 9.8. Os casos não abordados serão definidos pela FISCALIZAÇÃO, de maneira a manter o padrão de qualidade previsto para os serviços em questão.
- 9.9. Todos os insumos e serviços deverão ser fornecidos em estrita conformidade com as especificações exigidas neste termo de referência e com as quantidades ideais conforme determina a legislação.
- 10. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**
- 10.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:
- 10.2. Efetuar a entrega dos bens em perfeitas condições, no prazo e local indicados pela Administração, em estrita observância das especificações do Edital e da proposta, acompanhado da respectiva nota fiscal constando detalhadamente as indicações da marca, fabricante, modelo, tipo, procedência e prazo de validade (insumos e reagentes), data de fabricação (para equipamento);
- 10.3. O equipamento deve estar acompanhado, ainda, quando for o caso, do manual do usuário, com uma versão em português e da relação da rede de assistência técnica autorizada;
- 10.4. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- 10.5. Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;
- 10.6. Comunicar à Contratante, no prazo máximo de **48 (quarenta e oito) horas** que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- 10.7. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 10.8. Atender prontamente a quaisquer exigências da Administração, inerentes ao objeto da presente licitação;
- 10.9. Responsabilizar-se pela instalação, remoção, adequação do mobiliário, necessária para a operacionalização dos equipamentos e acessórios, sem ônus para a CONTRATANTE;
- 10.10. Relatar à Administração toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da execução do contrato;
- 10.11. Responsabilizar-se pelo treinamento da equipe técnica que irá manusear os equipamentos;
- 10.12. Na proposta, devem estar incluídas todas as despesas com transporte e instalação dos equipamentos;
- 10.13. Os insumos bonificados devem ser entregues em separado, acompanhados de nota fiscal, identificando a correta natureza da operação no campo específico, em quantidade suficiente e necessária à realização dos testes;
- 10.14. Entregar junto aos equipamentos, o manual de operação original e atualizado em versão de língua portuguesa;
- 10.15. Efetuar a desembalagem, montagem, instalação e teste final de operação dos equipamentos, no local determinado pela CONTRATANTE, dando a destinação final às embalagens, em prazo não superior a 2 (dois) dias após a desembalagem;
- 10.16. Fornecer os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade especificadas, nos termos de sua proposta;
- 10.17. Arcar com a responsabilidade civil por todos e quaisquer danos materiais e morais causados pela ação ou omissão de seus empregados, trabalhadores, prepostos ou representantes, dolosa ou culposamente, à União ou a terceiros;
- 10.18. Responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade à Administração;
- 10.19. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as orientações da Administração, inclusive quanto ao cumprimento das Normas Internas, quando for o caso;
- 10.20. Entregar os produtos rigorosamente de acordo com as especificações e os quantitativos expressos na Nota de Empenho, no(s) local(is) de entrega especificado(s).
- 10.21. Manter a **CESSÃO DOS EQUIPAMENTOS**, gratuitamente, em regime de **COMODATO**, durante toda a vigência contratual e, após o término da vigência, enquanto houver insumos adquiridos por meio do certame em questão.
- 10.22. A CONTRATADA se compromete, em relação à Lei n.º 13.709/2018 (LGPD), ao seguinte:
- 10.22.0.1. Adotar medidas para adequação de suas operações ao cumprimento das legislações de proteção de dados pessoais aplicáveis e das orientações emanadas da Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD), bem como seguir as instruções fornecidas pela Ebserh, inclusive as fixadas na sua Política de Proteção de Dados Pessoais e demais normas e orientações da Ebserh;
- 10.22.0.2. Assegurar que esse tratamento será limitado ao mínimo necessário para o alcance da(s) finalidade(s) proposta(s);
- 10.22.0.3. Manter registro das operações de tratamento de dados pessoais que realizar;
- 10.22.0.4. Adotar medidas de segurança, técnicas, administrativas e organizacionais, adequadas para assegurar a proteção dos direitos dos titulares de dados pessoais;
- 10.22.0.5. Orientar seus colaboradores, contratados ou prepostos de qualquer natureza sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD e daqueles assumidos neste instrumento, bem como a não divulgar indevidamente informações que envolvam dados pessoais a que tenham acesso;
- 10.22.0.6. Apresentar todos os dados e as informações solicitados pela CONTRATANTE em relação ao tratamento de dados pessoais e/ou adotar as providências indicadas;
- 10.22.0.7. Permitir e contribuir, sempre que necessário, para a realização de auditorias e inspeções relativas à proteção de dados pessoais, realizadas pela CONTRATANTE ou por ela designadas;
- 10.22.0.8. Não subcontratar atividades que envolvam o tratamento de dados pessoais, salvo com prévia autorização por escrito da CONTRATANTE e, nessa hipótese, exigir de subcontratados o cumprimento dos deveres decorrentes da LGPD e daqueles assumidos neste instrumento, permanecendo integralmente responsável por garantir a sua observância;
- 10.22.0.9. Comunicar à CONTRATANTE, por escrito, em prazo razoável, qualquer incidente de segurança, tais como acessos não autorizados e situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito, com as informações previstas no § 1º do art. 48 da LGPD;
- 10.22.0.10. Reparar os danos patrimonial, moral, individual e/ou coletivo causados a outrem pelo tratamento de dados pessoais, quando descumprir as obrigações da legislação de proteção de dados, quando não tiver seguido as instruções lícitas da CONTRATANTE e/ou quando não adotar as medidas de segurança previstas no art. 46 da LGPD;
- 10.22.0.11. Encerrado o tratamento de dados pessoais pelas partes, nos termos do art. 15 da LGPD, eliminá-los, salvo nas hipóteses previstas no art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.
- 11. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**
- 11.1. Proporcionar todas as condições para que a CONTRATADA possa desempenhar seus serviços de acordo com as determinações do Contrato, do Edital e seus anexos, especialmente do Termo de Referência.
- 11.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;
- 11.3. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;
- 11.4. Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;
- 11.5. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;
- 11.6. Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;
- 11.7. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela Contratada;
- 11.8. Proceder a rigoroso controle de qualidade dos produtos recebidos, recusando os que estiverem fora das especificações desejadas e apresentadas nas propostas, sob pena de responsabilidade de quem tiver dado causa ao fato.
- 11.9. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.
- 11.10. A Administração realizará pesquisa de preços periodicamente, em prazo não superior a 180 (cento e oitenta) dias, a fim de verificar a vantajosidade dos preços registrados em Ata.
- 12. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DE FORNECEDOR**

- 12.1. **CRITÉRIO DE JULGAMENTO**
- 12.1.1. O critério de julgamento será o de menor preço unitário, nos termos do Regulamento de Licitações e Contratos da Ebserh - RLCE 2.0.
- 12.2. **MODO DE DISPUTA**
- 12.2.1. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de **disputa aberto e fechado**.
- 12.3. **INTERVALO ENTRE LANCES**
- 12.3.1. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor, será de **0,75%**.
- 12.4. **CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO**
- 12.4.1. Para participação neste Pregão deverão ser observados:
- I- as previsões constantes no art. 69 do [Regulamento de Licitações e Contratos da Ebserh](#) - RLCE 2.0, que define quais são as condições impeditivas de participar de licitações e de ser contratada pela Ebserh;
- II - a Política de Transações com partes relacionadas da Ebserh atualizada que está disponível em <https://www.gov.br/ebserh/pt-br/governanca/governanca-corporativa/politica-de-transacoes-com-partes-relacionadas>;
- III - o atendimento por parte do licitante ao art. 7º, XXXIII da [Constituição da República Federativa do Brasil de 1988](#), que prevê "proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezoesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos";
- IV - a participação de interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação e que estejam com Credenciamento regular no SICAF, conforme disposto no artigo 9º da [Instrução Normativa nº 03](#), de 2018;
- V - o previsto no art. 4º, inciso VI, do RLCE 2.0:
- Art. 4º As seguintes diretrizes devem ser observadas nas contratações conduzidas pela Ebserh:
- (...)
- VI - observância de políticas de compras sustentáveis, de relacionamento com fornecedores, de integridade, de transação com partes relacionadas, de proteção de dados pessoais e outras políticas aprovadas no âmbito da Ebserh, que guardem pertinência com o objeto da contratação.
- 12.5. **CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO**
- 12.5.1. Deverão ser observados os requisitos de habilitação definidos no art. 65 do [Regulamento de Licitações e Contratos da Ebserh](#) - RLCE 2.0, bem como os definidos no Edital.
- 12.6. **HABILITAÇÃO JURÍDICA**
- 12.6.1. De acordo com o previsto no Edital.
- 12.7. **REGULARIDADE FISCAL DE NÍVEL FEDERAL, DE SEGURIDADE SOCIAL E TRABALHISTA**
- 12.7.1. De acordo com o previsto no Edital.
- 12.8. **QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA**
- 12.8.1. De acordo com o previsto no Edital.
13. **ESTIMATIVA DE PREÇO**
- 13.1. Os preços referenciais desta contratação são sigilosos, nos termos do art. 7º do [Regulamento de Licitações e Contratos da Ebserh](#) - RLCE 2.0.
- 13.2. Os valores estimados da contratação foram estabelecidos mediante ampla pesquisa de preços realizada segundo os parâmetros estabelecidos na [Norma - SEI nº 2/2019/DAI-EBSERH](#).
- 13.3. Conforme orientação contida no Ofício-Circular - SEI nº 11/2022/SCL/CAD/DAI-EBSERH (26172080), o valor estimado da contratação será tornado público após o encerramento da etapa de lances.
14. **GARANTIA DO PRODUTO OU SERVIÇO**
- 14.1. Garantia da qualidade (ou prazo de validade) do objeto deve guardar conformidade com o prazo de garantia ou validade exigido neste Termo de Referência ou com aquele ofertado pelo licitante na proposta, se for o caso.
15. **ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**
- 15.1. Por se tratar de licitação para a contratação de serviços contínuo será necessária a indicação dos recursos orçamentários que assegurem o pagamento das obrigações, quando cabível, conforme o art. 142, inciso V do RLCE 2.0.
16. **SUBCONTRATAÇÃO E CONSÓRCIOS**
- 16.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.
- 16.2. Será admitida a participação de empresas reunidas em consórcio para aumentar a competitividade e possibilitar que empresas que isoladamente não teriam condições de disputar, possam participar do processo licitatório.
- 16.3. Tratando-se de licitantes reunidos em consórcio, serão observadas as seguintes exigências:
- 16.3.1. Comprovação de compromisso público ou particular de constituição de consórcio, subscrito pelos consorciados;
- 16.3.2. Indicação de empresa líder do consórcio, que será responsável por sua representação perante a Ebserh;
- 16.3.3. Admissão, para efeito de habilitação técnica, do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, do somatório dos valores de cada consorciado;
- 16.3.4. Demonstração, pelo consórcio, pelo somatório dos valores de cada consorciado, na proporção de sua respectiva participação, do atendimento aos índices contábeis definidos neste edital, para fins de qualificação econômico-financeira, na proporção da respectiva participação;
- 16.3.5. Quando se tratar de consórcio composto em sua totalidade por micro e pequenas empresas, não será necessário cumprir esse acréscimo percentual na qualificação econômico-financeira;
- 16.3.6. Responsabilidade solidária dos integrantes pelos atos praticados em consórcio, tanto na fase de Seleção de Fornecedor quanto na de Gestão do Contrato;
- 16.3.7. Constituição e registro do consórcio, antes da celebração do contrato;
- 16.3.8. No caso de substituição de consorciado, deverá ser expressamente autorizada pela Ebserh e condicionada à comprovação de que a nova empresa do consórcio possui, no mínimo, os mesmos quantitativos para efeito de habilitação técnica e os mesmos valores para efeito de capacidade econômico-financeira apresentados pela empresa substituída para fins de habilitação do consórcio.
17. **ALTERAÇÃO SUBJETIVA**
- 17.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.
18. **MATRIZ DE RISCOS**
- 18.1. Para o objeto deste pregão, não será necessário a elaboração da Matriz de Riscos.
19. **SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (PENALIDADES)**
- 14.1. Nos termos do Regulamento de Licitações e Contratos da EBSERH, pela inexecução total ou parcial do contrato a Ebserh poderá, garantido o regular processo administrativo, aplicar ao contratado as seguintes sanções:
- 14.1.1. **Advertência por escrito**, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado;
- 14.1.2. **Multa de:**
- 14.1.2.1. 0,1% (um décimo por cento) até 0,2% (dois décimos por cento) por dia sobre o valor adjudicado em caso de atraso na execução dos serviços, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;
- 14.1.2.2. 0,1% (um décimo por cento) até 10% (dez por cento) sobre o valor **inadimplente**, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no subitem anterior ou de inexecução parcial da obrigação assumida;
- 14.1.2.3. 0,1% (um décimo por cento) até 15% (quinze por cento) sobre o valor **inadimplente**, em caso de inexecução total da obrigação assumida;
- 14.1.2.4. 0,2% a 3,2% por dia sobre o valor **inadimplente**, conforme detalhamento constante das tabelas 1 e 2, abaixo;
- 14.1.2.5. 0,07% (sete centésimos por cento) do valor **total** do contrato por dia de atraso na apresentação da garantia (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), observado o máximo de 2% (dois por cento). O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autorizará a Administração contratante a promover a rescisão do contrato;
- 14.1.2.6. As penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.
- 14.1.2.7. O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o contratado a multa de mora.
- 14.1.2.8. A aplicação de multa de mora não impedirá que a Ebserh a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas no Regulamento de Licitações e Contratos da EBSERH.
- 14.1.2.9. Se a multa aplicada for superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá o contratado pela sua diferença, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Ebserh ou cobrada judicialmente.
- 14.1.2.10. Deverá ser emitida GRU - Guia de Recolhimento da União para pagamento da multa devida pela empresa contratada.
- 14.1.2.11. A multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
- 14.1.2.12. Caso não seja identificado o pagamento da GRU sobre a multa, a Administração deverá proceder com o desconto de eventuais créditos em benefício da empresa contratada e, caso não existam créditos disponíveis, executar a garantia contratual, restando possível a cobrança judicial dos valores devidos, conforme artigo 419 do Código Civil, na hipótese de não quitação da multa após os procedimentos listados.
- 14.1.3. **Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar** com a Ebserh, por prazo não superior a 2 (dois) anos.
- 14.1.3.1. A sanção de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar poderá também ser aplicada à empresa ou ao profissional que:
- 14.1.3.1.1. Tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- 14.1.3.1.2. Tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
- 14.1.3.1.3. Demonstre não possuir idoneidade para contratar com a Ebserh em virtude de atos ilícitos praticados;
- 14.1.3.1.4. Convocado dentro do prazo de validade da sua proposta ou da vigência da ata de registro de preços, não celebrar o contrato;
- 14.1.3.1.5. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- 14.1.3.1.6. Apresentar documentação falsa exigida para o certame;
- 14.1.3.1.7. Ensejar o retardamento da execução do objeto da licitação;
- 14.1.3.1.8. Não mantiver a proposta;
- 14.1.3.1.9. Falhar ou fraudar na execução do contrato;
- 14.1.3.1.10. Comportar-se de modo inidôneo, inclusive com a prática de atos lesivos à Administração Pública previstos na Lei nº 12.846/2013.
- 14.1.4. As sanções previstas nos incisos 14.1.1. e 14.1.3. do caput poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso 20.1.2., devendo a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, ser apresentada no prazo de 10 (dez) dias úteis a contar da notificação da instauração do processo administrativo para apuração de descumprimento de obrigação contratual.
- 14.2. Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, de acordo com as tabelas 1 e 2:

Tabela 01

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	0,2% ao dia sobre o valor <b>inadimplente</b> do contrato
2	0,4% ao dia sobre o valor <b>inadimplente</b> do contrato
3	0,8% ao dia sobre o valor <b>inadimplente</b> do contrato
4	1,6% ao dia sobre o valor <b>inadimplente</b> do contrato
5	3,2% ao dia sobre o valor <b>inadimplente</b> do contrato

Tabela 02

INFRAÇÃO		
ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU

1	Suspender ou interromper abruptamente a prestação de serviços, salvo motivo de força maior ou caso fortuito.	05
2	Não manter, durante a vigência contratual, todas as condições demonstradas para habilitação, de modo a garantir o cumprimento das obrigações assumidas.	04
3	Ausência de realização dos serviços de manutenções preventivas e corretivas dos equipamentos.	03
4	Não obedecer aos requisitos mínimos de qualidade.	02
5	Recusar-se a executar serviço determinado pela equipe de fiscalização	02
Para os itens a seguir, deixar de:		
6	Cumprir determinação formal ou instrução complementar do órgão fiscalizador, por ocorrência;	01
7	Cumprir quaisquer dos itens do Edital e seus Anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador, por item e por ocorrência;	01
8	Indicar e manter durante a execução do contrato os prepostos previstos no edital/contrato;	01
9	Realizar treinamento e/ou reciclagens para a equipe do serviço de hemoterapia conforme estabelecido no Edital.	01

14.3. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 13.303, de 2016, o Regulamento de Licitações e Contratos da EBSERH e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

14.4. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

14.5. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

14.6. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

14.7. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

14.8. A EBSERH deverá informar os dados relativos às sanções por ela aplicada aos contratados de forma a manter atualizado o CEIS - Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas de que trata a Lei nº 12.846/13, bem como no SICAF - sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores.

14.9. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

20. LIQUIDADAÇÃO E PAGAMENTOS À CONTRATADA

20.1. O pagamento será realizado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

20.2. Os pagamentos pelos serviços do objeto se darão por meio dos serviços concluídos mensalmente e de acordo com os ajustes realizados por meio do Instrumento de Medição de Resultados - IMR.

20.3. A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento provisório e definitivo do serviço, conforme este Termo de Referência.

20.4. A Nota Fiscal ou fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no inciso II, art. 65 RLCE 2.0.

20.4.1. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

20.5. O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) Prazo de validade;
- b) data da emissão
- c) dados do contrato e do órgão CONTRATANTE;
- d) período de prestação dos serviços;
- e) valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

20.6. O pagamento somente será autorizado depois de efetuado o “atesto” pelo servidor competente na nota fiscal apresentada, condicionado este ato à verificação da conformidade da Nota Fiscal apresentada em relação aos serviços efetivamente recebidos.

20.7. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a CONTRATANTE.

20.8. Nos termos do item 1, do Anexo VIII-A da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, será efetuada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

- a) não produziu os resultados acordados;
- b) deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida;
- c) deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada

20.9. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

20.10. Antes da emissão da nota de empenho e de cada pagamento à contratada, será realizado consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital e identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018, imprimindo e juntando os resultados ao processo de pagamento.

20.11. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua advertência, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da CONTRATANTE.

20.12. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a CONTRATANTE deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

20.13. Persistindo a irregularidade, a CONTRATANTE deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

20.14. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

20.15. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da CONTRATANTE.

20.16. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, nos termos do item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017, quando couber.

20.17. É vedado o pagamento, a qualquer título, por serviços prestados, à empresa privada que tenha em seu quadro societário servidor público da ativa do órgão CONTRATANTE, com fundamento na Lei de Diretrizes Orçamentárias vigente.

20.18. O HUL-UFS/EBSERH não se responsabilizará por qualquer despesa que venha a ser efetuada pela Contratada que porventura não tenha sido acordada no contrato.

20.19. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela CONTRATANTE, entre a data do vencimento e o efetivo adimplimento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

**EM = I x N x VP, sendo:**

EM = Encargos moratórios a serem acrescidos ao valor originariamente devido;  
N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a data do efetivo pagamento;  
VP = Valor da parcela em atraso.

I = Índice de atualização financeira = 0,00016438, assim apurado:  
I = (TX) I = ( 6 / 100 ) / 365 I = 0,00016438



- TX = Percentual da taxa anual = 6%
21. **CRITÉRIOS E ÍNDICES DE REAJUSTES**
- 21.1. 17.1 Os preços são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas;
- 21.2. 17.2 Os preços iniciais podem ser reajustados, mediante a aplicação, pela CONTRATANTE, do Índice Nacional de Preços ao Consumidor- IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após o interregno mínimo de um ano da data limite para apresentação da proposta;
- 21.3. 17.3 Deverá haver consulta formal à CONTRATADA quanto à possível renúncia ao direito ao reajuste a cada anualidade, ou redução do percentual aplicável;
- 21.4. 17.4 Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos do reajuste anterior;
- 21.5. 17.5 No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer;
- 21.6. 17.6 Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo;
- 21.7. 17.7 Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor;
- 21.8. 17.8 Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo;
- 21.9. 17.9 O reajuste será realizado por apostilamento.
22. **DA GARANTIA CONTRATUAL**
- 22.1. O adjudicatário prestará garantia de execução do contrato, nos moldes do RLCE 2.0, com validade durante a execução do contrato e por 90 (noventa) dias após o término da vigência contratual, em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total do contrato.
- 22.2. A Contratada apresentará, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contado da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia, podendo optar por caução em dinheiro, seguro-garantia ou fiança bancária, em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total do contrato, com validade durante a execução do contrato e 90 (noventa) dias após término da vigência contratual, devendo ser renovada a cada prorrogação.
- 22.3. A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor total do contrato por dia de atraso, até o máximo de 2% (dois por cento).
- 22.4. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Administração a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõem os incisos I do art. 184 do Regulamento de Licitações e Contratos da EBSERH.
- 22.5. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:
- 22.6. Prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;
- 22.7. Prejuízos diretos causados à Administração decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;
- 22.8. Multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e
- 22.9. obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pela contratada, quando couber.
- 22.10. A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no item anterior, observada a legislação que rege a matéria, bem como seja emitida por instituição credenciada na Superintendência de Seguros Privados - Susep.
- 22.11. A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor da Contratante, em conta específica, com correção monetária.
- 22.12. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, essa deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no país pelo Banco Central do Brasil bem como deverá conter expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil..
- 22.13. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada à nova situação ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.
- 22.14. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, a Contratada obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da data em que for notificada
- 22.15. A Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.
- 22.16. Será considerada extinta a garantia:
- 22.17. Com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da Contratante, mediante termo circunstanciado, de que a Contratada cumpriu todas as cláusulas do contrato;
- 22.18. No prazo de 90 (noventa) dias após o término da vigência do contrato, caso a Administração não comunique a ocorrência de sinistros, quando o prazo será ampliado, nos termos da comunicação, conforme estabelecido na alínea "h2" do item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MP n. 05/2017.
- 22.19. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pela contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.
- 22.20. A contratada autoriza a contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista no neste Edital e no Contrato.
23. **RESCISÃO CONTRATUAL**
- 23.1. O Termo de Contrato poderá ser rescindido nas hipóteses previstas nos arts. 183 e 184 do RLCE 2.0, sem prejuízo da aplicação das sanções estabelecidas neste Termo de Referência.
- 23.2. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados e registrados em processo administrativo, assegurando-se o direito à prévia e ampla defesa.
24. **DISPOSIÇÕES GERAIS**
- 24.1. As normas que disciplinam este procedimento serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- 24.2. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará no afastamento do licitante, desde que seja possível a aferição da sua qualificação e a exata compreensão da sua proposta de preços durante a realização da sessão pública do pregão.
- 24.3. Os proponentes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase do procedimento.
- 24.4. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Termo de Referência, exclui-se o dia do início e inclui-se o dia do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente administrativo na Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares.
- 24.5. Aos casos omissos aplicar-se-ão as demais disposições constantes da Lei nº 13.303/2016 e legislação correlata.
- 24.6. Elege-se, exclusivamente, o foro do Juízo Federal da Seção Judiciária de Lagarto – Estado de Sergipe para a solução de quaisquer controvérsias acerca do presente instrumento, não obstante eventual mudança de sede, residência e/ou domicílio da **CONTRATADA** ou qualquer outra prerrogativa de ordem legal disponível deste, por mais privilegiado que o seja.

<i>(assinado eletronicamente)</i> <b>Deise Regina dos Santos</b> Chefe de Unidade de Hematologia e Oncologia SIAPE: 312****	<i>(assinado eletronicamente)</i> <b>Erick Gama da Silva</b> Técnico em Análises Clínicas SIAPE: 329****
<i>(assinado eletronicamente)</i> <b>Érick Vieira Souza</b> Técnico em Análises Clínicas SIAPE: 305****	<i>(assinado eletronicamente)</i> <b>Flavia Roberta Remígio Valerio</b> Técnica em Análises Clínicas SIAPE: 313****
<i>(assinado eletronicamente)</i> <b>Lays Gisele Santos Bomfim</b> Técnica em Citopatologia SIAPE: 304****	<i>(assinado eletronicamente)</i> <b>Luciene Santos da Silva</b> Técnica em Análises Clínicas SIAPE: 305****

Eu, Marconi de Almeida Nascimento, Gerente Administrativo do HUL-UFES/EBSEH abaixo devidamente identificado, APROVO o presente Termo de Referência que visa **Contratação de empresa para fornecimento continuado de insumos e reagentes para realização de testes imuno-hematológicos com cessão em regime de comodato de equipamentos, a fim de atender as necessidades da Agência Transfusional do Hospital Universitário de Lagarto - HUL-UFES/EBSEH**, considerando as justificativas expostas no mesmo, atestando que estão de acordo com as necessidades da instituição, conforme as especificações e dados constantes no Termo de Referência ora aprovado.

*(assinado digitalmente)*  
**Marconi de Almeida Nascimento**  
Gerente Administrativo  
SIAPE 187\*\*\*\*

ANEXO A

INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADO (IMR)

1. INTRODUÇÃO

Nos termos da Instrução Normativa Nº 05, de 25 de maio de 2017, durante a vigência do contrato a Administração adotará o Instrumento de Medição de Resultado – IMR que possibilite verificar se os resultados contratados foram realizados nas quantidades e qualidades exigidas, e adequar o pagamento aos resultados efetivamente obtidos.

Este procedimento está vinculado aos contratos de prestação de serviços de **empresa especializada para fornecimento continuado de insumos e reagentes para realização de testes imuno-hematológicos com cessão em regime de comodato de equipamentos, a fim de atender as necessidades da Agência Transfusional do Hospital Universitário de Lagarto - HUL-UFES/EBSEH** integrando as especificações técnicas como obrigação e responsabilidade da CONTRATANTE e deverá ser efetuado periodicamente pela equipe de fiscalização do contrato, de forma a gerar relatórios mensais que servirão de fator redutor para os cálculos dos valores a serem lançados nas faturas mensais de prestação dos serviços executados, com base nas pontuações constantes dos relatórios.

2. FINALIDADE

Definir e padronizar a avaliação de desempenho e qualidade dos serviços prestados pela Contratada no fornecimento continuado de insumos e reagentes para realização de testes imuno-hematológicos com cessão em regime de comodato de equipamentos, a fim de atender as necessidades da Agência Transfusional do Hospital Universitário de Lagarto - HUL-UFES/EBSEH.

3. FORMA DE AVALIAÇÃO

A avaliação da Contratada se faz por meio da análise dos seguintes indicadores:

**Ocorrências tipo 01:** Situações que não caracterizam interrupção na prestação dos serviços, mas que comprometem sua realização de maneira satisfatória;

**Ocorrências tipo 02:** Situações que podem caracterizar interrupção na prestação do serviço e comprometer a rotina.

4. SISTEMA DE PONTUAÇÃO

Todas as ocorrências serão registradas, diariamente pelo CONTRATANTE, que notificará a Contratada através de relatório mensal, atribuindo pontos para as ocorrências segundo tabela abaixo:

1º) INDICADOR				
Ocorrências tipo 01 – Situações que não caracterizam interrupção na prestação dos serviços, mas que comprometem sua realização de maneira satisfatória				
Situações		Pts	Nº de Ocorrências	Total de Pts Mensal
a)	Atraso não justificado na entrega dos materiais solicitados	0,5 (por ocorrência)		Pts (0,5) X Nº de Ocorrências
b)	Não manter todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação			Pts (0,5) X Nº de Ocorrências
c)	Não qualificação/ atendimento / postura - Qualificação e habilitação inadequada da mão de obra disponibilizada pela Contratada; Falta de Seleção e preparação dos funcionários que irão prestar os serviços; Má conduta dos empregados da Contratada			Pts (0,5) X Nº de Ocorrências
d)	Atendimento inadequado às solicitações: atraso na prestação de informações e esclarecimentos solicitados pela CONTRATANTE;			Pts (0,5) X Nº de Ocorrências
TOTAL DE PONTOS ACUMULADOS				

2º) INDICADOR				
Ocorrências tipo 02 – Situações que podem caracterizar interrupção na prestação do serviço e comprometer a rotina				
Situações		Pts	Nº de Ocorrências	Total de Pts Mensal
a)	Não entrega dos materiais solicitados;	1,0 (por ocorrência)		Pts (1,0) X Nº de Ocorrências
b)	Entrega dos materiais solicitados com avarias em suas embalagens primárias;			Pts (1,0) X Nº de Ocorrências
c)	Entrega dos materiais solicitados com prazo de validade inferior a 75% (Setenta e cinco por cento) de seu prazo de validade total a vencer, exceto aqueles autorizados previamente pela equipe de fiscalização, contado da data de sua fabricação;			Pts (1,0) X Nº de Ocorrências
d)	Insuficiência de mão de obra especializada, pessoal técnico e operacional para desenvolver todas as atividades previstas;			Pts (1,0) X Nº de Ocorrências
TOTAL DE PONTOS ACUMULADOS				

5. FAIXA DE AJUSTE NO PAGAMENTO

A cada mês será apurado o somatório da pontuação decorrente dos registros de ocorrências até o presente momento. Essa soma servirá como base para que a CONTRATANTE aplique a glosa mensal, de modo que, atingindo o quantum necessário à configuração de uma glosa, esta será aplicada em cima do valor apurado da fatura mensal, baseado na faixa de ajuste de acordo com a pontuação acumulada.

Pontuação Acumulada	Ajuste
Até 2 pontos	Recebimento de 100% do valor da fatura de serviços;
De 3 a 4 pontos	Recebimento de 97% do valor da fatura de serviços (desconto de 3% do valor total da fatura);
De 4 a 6 pontos	Recebimento de 94% do valor da fatura de serviços (desconto de 6% do valor total da fatura);
Acima de 6 pontos	Recebimento de 90% do valor da fatura de serviços (desconto de 10% do valor total da fatura), além da obrigatoriedade de a Fiscalização do contrato solicitar penalidade contratual.

Embora a aplicação de índices aos indicativos do instrumento de gestão contratual, não configurando sanção, a administração poderá, pelo nível crítico de qualidade insuficiente em qualquer dos indicadores, aplicar as penalidades previstas em contrato.

A sanção de advertência será aplicada, no máximo, 02 (duas) vezes, a cada 12 meses.

A sanção de multa será aplicada quando superada o limite de advertências, nos termos do item 14 do Termo de Referência.

Após 07 sanções num período de 12 meses, deverá ser a aberto processo administrativo para verificar a possibilidade de rescisão do contrato, nos termos dos arts. 115 e 116 da RLCE 2.0.

Caso haja algum motivo alheio à vontade da CONTRATADA que se enquadre em algumas das ocorrências, a CONTRATADA deverá apresentar ao fiscal do contrato justificativa por escrito, formulada antes da abertura do processo de pagamento, cabendo ao fiscal do contrato deliberar sobre sua aceitação ou recusa.

6. OBSERVAÇÕES

As penalidades contratuais poderão ser aplicadas independentemente dos critérios adotados neste IMR, decorrentes da gravidade ou reincidência da inexecução dos serviços.

Durante a execução do objeto, fase do recebimento provisório, o fiscal técnico designado deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à contratada a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.

O fiscal técnico do contrato deverá apresentar ao preposto da contratada a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

A contratada poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal técnico, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.

O pagamento mensal ficará vinculado ao cumprimento do Nível de serviço definido neste anexo, bem como pela análise de ausências na prestação de serviços e sanções administrativas.

O valor do pagamento mensal dos serviços será calculado como sendo o valor mensal do contrato subtraído os descontos (pela aplicação deste Instrumento), glosas (por não prestação de serviços) e multas (sanções administrativas) computadas e aplicáveis no período correspondente.

O IMR poderá ser alterado a qualquer momento e mediante acordo entre as partes.

DA SUBCONTRATAÇÃO

É vedado à CONTRATADA subcontratar atividades que envolvam o tratamento de dados pessoais sem autorização expressa e por escrito da CONTRATANTE.

Em caso de autorização da subcontratação, a CONTRATADA permanecerá totalmente responsável perante a CONTRATANTE pelo cumprimento das obrigações da empresa subcontratada, especialmente pelas obrigações de proteção dos dados pessoais.

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

A CONTRATANTE se compromete, em caso de necessidade de tratamento de dados pessoais compartilhados pela CONTRATADA para cumprimento de obrigações previstas neste contrato, a observar as disposições da Lei nº. 13.709, de 14 de agosto de 2018 e regulamentos da Autoridade Nacional de Proteção de Dados.



Documento assinado eletronicamente por **Érick Vieira Souza, Técnico(a) em Análises Clínicas**, em 06/11/2024, às 09:35, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Deise Regina Dos Santos, Chefe de Unidade**, em 06/11/2024, às 10:03, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Lays Gisele Santos Bomfim, Técnico(a) em Citopatologia**, em 06/11/2024, às 10:04, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Erick Gama da Silva, Técnico(a) em Análises Clínicas**, em 06/11/2024, às 10:34, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Marconi de Almeida Nascimento, Gerente**, em 06/11/2024, às 17:19, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **FLÁVIA ROBERTA REMIGIO VALÉRIO, Técnico(a) em Análises Clínicas**, em 07/11/2024, às 10:23, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Luciene da Silva Cajé, Técnico(a) em Análises Clínicas**, em 07/11/2024, às 11:26, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Camilla Danielle Dória De Santana, Gerente**, em 11/11/2024, às 09:28, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.ebserh.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.ebserh.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **43934306** e o código CRC **9749CSD5**.

Referência: Processo nº 23817.015164/2023-37 SEI nº 43934306